



PORTUGAL DEMOCRÁTICO

ANO XIX • N.º 203 • SAO PAULO • PREÇO CR\$ 3,00

a pornografia a serviço da reação

pág. 7

portugal também se descoloniza

pág. 7

lei do salário máximo

pág. 3

de agostinho neto para os portugueses

pág. 6

calçado para a urss

pág. 3

6.200.000 pessoas recenseadas

pág. 12

portugal, doa a quem doer . . .

pag. 12

editorial: hora das decisões

pag. 2

angola às portas da independência



POR MARES NUNCA DE ANTES NAVEGADOS



Os acontecimentos precipitam-se em Portugal. Vivemos dias que valem por anos. As próximas semanas serão decisivas pois é chegada a hora de tomar decisões, de por fim a situações indefinidas. Não se pode continuar por mais tempo num equilíbrio instável. A situação econômica e política exige medidas imediatas das forças democráticas. Não é possível nem mesmo esperar pelas eleições de abril. Acabar com as temporizações e aplicar decididamente o programa do MFA é a tarefa do momento. Adiar a resolução dos problemas não levará a nada — só ao agravamento dos mesmos.

No plano político, entre as medidas imediatas e urgentes que se impõem destaca-se o reforço do Estado democrático português. Para isso é preciso aprofundar o saneamento de todos os órgãos governamentais, inclusive de sua rançosa diplomacia herdada do fascismo. Assim, há que promover a defesa das liberdades conquistadas a 25 de abril — e para tal faz-se necessária a vigilância constante do governo e dos trabalhadores contra a sabotagem da reação. O pronto e severo castigo de quaisquer espécies de conspiradores (com fachada legal ou sem ela) a soldo dos monopólios portugueses e estrangeiros é condição essencial para a consolidação da democracia em Portugal.

Contudo, o lado econômico não é menos importante e urgente. Para que a liberdade sobreviva, para que possa melhorar a situação material e cultural das grandes massas populares, é indispensável encontrar solução para os problemas econômicos nacionais. Assim, é preciso que o dinheiro e a terra se subordinem aos interesses de toda a comunidade nacional e não apenas aos interesses de umas poucas dezenas de banqueiros e latifundiários. Na ordem-do-dia estão a nacionalização do sistema bancário e a recuperação das terras dos latifúndios para os trabalhadores. Um pequeno passo nessa direção já foi dado no ano passado com a nacionalização dos três bancos emissores: o Banco de Portugal, o Banco Nacional Ultramarino e o Banco de Angola. Agora será preciso estender a medida a todos os demais bancos portugueses (quanto aos estrangeiros que operam em Portugal, basta proibir a recepção de depósitos nacionais).

Em relação aos latifundiários, foram estes senhores que durante décadas comandaram a vida nacional através do governo fascista. Recusaram as mais elementares liberdades. Utilizaram a repressão e o terror para acumularem em suas mãos ávidas as riquezas nacionais e o produto do trabalho do povo português. Agora, no Portugal libertado, confirmam que são o principal entrave ao progresso e ao desenvolvimento econômico do país. Sabotam as colheitas, destroem a produção, despedem os empregados, enterram as azeitonas no Alentejo, pagam salários de fome aos trabalhadores e dão apoio direto ou indireto às atividades subversivas contra o Governo Provisório e o MFA. Em suma, os seus interesses egoístas são inconciliáveis com os da imensa maioria do povo português. Logo, a instauração de um regime democrático estará de passar necessariamente por uma política antilatifundista.

A nacionalização dos bancos portugueses e a recuperação das terras dos grandes latifundiários são medidas urgentíssimas e indispensáveis no novo Portugal. Estão plenamente de acordo com o Programa do MFA e com os interesses do povo português. Por isso têm de ser implementadas o mais breve possível. Parar a luta neste momento equivale a ceder o passo à reação e deixar-lhe uma arma poderosa para a sabotagem econômica, para o financiamento da contra-revolução e a continuação do seu domínio assente na acumulação — às custas de salários de miséria e da ruína das classes médias.

Por outro lado, a sua concretização permitirá uma clarificação da vida política portuguesa, definindo realmente a atitude dos vários grupos políticos dentro e fora do governo. É claro que os partidos que integram a coligação governamental terão de acatar as decisões que vierem a ser tomadas. Esse é o "princípio da unidade de ação", bê-a-bá da técnica de administração pública.



PORTO — Os indivíduos que, em 3 de Julho de 1951, aquando das eleições para a presidência da República, agrediram barbaramente um grupo de democratas, quando estes saíam de uma sessão de propaganda do candidato dr. Rui Luís Gomes, do Cine-Teatro Vitória, em Rio Tinto, vão ser processados. Segundo declarações tornadas públicas pela eng.^a Virgínia Moura, os culpados deverão ser julgados e responsabilizados, nomeadamente o ex-comandante da P.S.P. do Porto, coronel Santos Junior, agora a prestar serviço na Região Militar de Tomar.

Sabe-se que apenas se aguarda a presença do prof. José Morgado para que se tome uma decisão quanto à forma como vai ser movido o processo.

Sallenta-se ainda que, na altura, foram feitas várias exposições e enviados diversos telegramas de protesto, sem qualquer resultado.

Entre as pessoas agredidas na altura, contam-se os profs. Rui Luís Gomes e José Morgado, a eng.^a Virgínia Moura, o arq.^o Lobão Vital, o estudante de medicina Alberto Pinto, o dr. Lino Lima, o arq.^o José Borrego e muitos outros.

Além disso, parece estar a forjar-se, também, um movimento entre pessoas que igualmente foram agredidas pela P.S.P., (Policia de Segurança Pública) no decorrer de sessões efetuadas na última campanha eleitoral, para serem apresentadas queixas contra aquele ex-comandante. Não deixa, no entanto, de se apontar, também, a estranheza daquele coronel estar ainda a prestar serviço, quando ele "tantas vezes substituiu a ex-P.I.D.E nas torturas ao povo e que foi condecorado e distinguido pelo regime fascista".

BEJA — Teve início no Liceu Nacional de Beja, o curso liceal noturno para as classes trabalhadoras. Assitiu à sua inauguração a diretora-geral da Educação Permanente, dra. Maria Justina Fonseca

AVEIRO-MADEIRA — A subsecretária de Estado do Ambiente, através da Direção-Geral dos Serviços de Urbanização, procede à elaboração de planos de ordenamento de regiões em que se situam áreas reconhecidas de alto valor ecológico, científico e recreativo e cuja defesa convém desde já acautelar devidamente. Assim sucede em relação à zona envolvente da ria de Aveiro e da costa atlântica que se lhe segue e onde há a considerar ainda outros elementos de interesse humano e econômico; à parte da mesma costa, compreendida entre a Figueira da Foz e Peniche, impondo-se a necessidade da constituição de um parque natural no Centro do País; e, igualmente à área que envolve o maciço montanhoso central da Madeira estudando-se a criação do Parque Natural da ilha.

LOURES — As comissões administrativas das Juntas de Freguesia do concelho de Loures, tendo tomado conhecimento da posição assumi-

da pelas suas congêneres de Lisboa, acerca da necessidade de revisão da Lei 445/74, que regula o arrendamento da habitação, decidiram na sua reunião de 12-1-1975 manifestar publicamente que a revisão a efetuar deverá verificar-se o mais breve possível, após consulta obrigatória a todas as autarquias locais, a fim de evitar que a mesma permita a especulação e manobras reacionárias que se verificam da parte dos senhores.

PÓRTALEGRE — Está constituída a comissão distrital da Associação dos Pequenos e Médios Agricultores do Distrito de Portalegre, com a denominação de "Liga", e que conta com cerca de mil aderentes.

Para aprovação, foi enviada ao secretário de Estado da Agricultura a relação dos elementos designados para o elenco diretivo: José Luis Correia da Silva; João Francisco Saraiva Carita; Joaquim Emilio São Pedro; Paulo Mateus Pestana; Narciso João Espada Barrinha; Francisco Augusto Lopes; João António Serra Barreto e João Rosa Carrilho.

Entretanto, alguns assuntos já foram discutidos entre eles, a nomeação de comissões de todas as freguesias do distrito; arrendamento rural; e formação de cooperativas e assistência médica, por proposta do delegado de Avis.

A Liga dispõe já de 43 tratores, 13 ceifeiras e outro material indispensável. Abrem-se, assim, melhores perspectivas não só para os pequenos e médios agricultores, como para o público em geral, atendendo a que passa a ser um fato a venda direta dos produtos ao público, pelas respectivas cooperativas.

BARREIRO — É o seguinte o montante das verbas distribuídas pelos concelhos — para construção de habitações sociais — deliberado numa reunião intercâmaras do distrito de Setúbal:

Alcácer do Sal, cinco mil contos; Alcochete, seis mil contos; Almada, vinte e dois mil e quinhentos contos; Barreiro, dezessete mil e quinhentos contos; Grândola, seis mil contos; Moita, quinze mil contos; Montijo, onze mil contos; Palmela, seis mil contos; Santiago do Cacém, sete mil contos; Seixal, doze mil contos; Sesimbra, quinze mil contos; Setúbal, vinte mil contos; Sines, sete mil contos.

BARCELÓS — Pelo Governo Provisório foi atribuída a Barcelós a verba de 13 mil contos destinada à construção de casas de renda econômica, estando a comissão administrativa a estudar o local da sua implantação, tudo levando a pensar que as mesmas venham a ser erigidas nos terrenos de sua propriedade, sítios na Avenida de João Duarte, próximo da Escola Preparatória.

Dada a falta de habitações verificada na nossa terra e as poucas devolutas atingirem preços exorbitantes, sem dúvida que a construção de mais 100 moradias, número calculado, virá resolver parcialmente o difícil problema da habitação em Barcelós.

VALENÇA — Manoel Aliani, um cidadão espanhol de Pontevedra, foi detido nesta fronteira, quando pretendia introduzir em Espanha 200 contos, escondidos nos estofos do seu automóvel.



Loide Nacional Corretora de Seguros Ltda.

Largo do Arouche, 337 — 10.º andar

Telefones: 220-0607 — 220-0650 — 220-5008

CEP 012019 — SAO PAULO

Carteiras de seguros:

Incêndio — Transportes — Responsabilidade Civil —
Lucros Cessantes — Vida — Roubo — Riscos Diversos —
Importação — Acidentes Pessoais — Fidelidade —
Automóveis — Vidros — Seguro Educação

250 mil trabalhadores em manifestação pela unicidade sindical



Mais de duzentos e cinquenta mil trabalhadores, segundo o cálculo mais ou menos unânime dos jornalistas, e elementos afetos à Intersindical, manifestaram o seu apoio à unidade e unicidade sindical, defendendo a consagração na lei daqueles princípios.

Convocada pela Intersindical Nacional, com a colaboração do P.C.P., M.D.P./C.D.E. e M.E.S., a manifestação, a fazer lembrar o último 1.º de Maio, constituiu uma resposta inequívoca da classe trabalhadora às dúvidas que, ainda, pudessem existir sobre a sua vontade quanto ao controverso princípio da unicidade sindical.

Ao mesmo tempo, esta grandiosa jornada popular serviu, mais uma vez, para os trabalhadores reafirmarem o seu apoio ao Movimento das Forças Armadas.

"Unicidade sindical na lei" e "O povo está com o M.F.A." foram, de fato, as duas principais palavras de ordem gritadas, durante horas, pelos milhares e milhares de trabalhadores que se integraram na manifestação que congregou cerca de um décimo da população do País. Mais fácil é, no entanto, falar da extensão do denso agrupamento humano que se estendia por cerca de três mil metros. A cauda da manifestação permanecia no Largo Martim Moniz, para onde estava marcada a concentração, quando o cordão da frente caminhava já na Avenida Almirante Reis, junto à Cervejaria Portuguesa, às 20,30, uma hora depois de haverem abandonado aquele primeiro recinto.

O percurso até à Praça de Londres constituiu uma impressionante manifestação de força dos muitos milhares de trabalhadores, a quem nem o tempo ameaçando chuva conseguiu fazer diminuir o entusiasmo, próprio da voluntariedade. "Ninguém nos pagou, viemos de vontade", gritava-se lá para trás, quando os últimos haviam já tomado posição no vasto largo fronteiriço ao Ministério do Trabalho, que, então, se encontrava quase repleto. Eram quase 22 horas. As filas da frente haviam chegado à Praça de Londres, havia sensivelmente 45 minutos.

Da densa mole humana emergiam bandeiras e cartazes, onde se podiam ler os nomes dos sindicatos e as idéias-chaves defendidas pela Intersindical e M.D.P./C.D.E. e P.C.P., cujas iniciais foram muitas vezes gritadas. O ambiente era de festa fervorosa, a que não faltou a presença de duas bandas de música — a da Carris e a dos Ferroviários da CP.

A frente da multidão em marcha, um duplo cordão humano, logo seguido de quatro grandes bandeiras, a Nacional e a da Intersindical e as do P.C.P. e M.D.P./C.D.E. Logo atrás, um quadrado formado por representantes da Intersindical, das direções sindicais, dos partidos políticos que apoiaram a manifestação e das restantes organizações aderentes.

Fizeram-se representar sindicatos de todos os pontos do País. De Aveiro "vieram, pelo menos, três camionetas de trabalhadores", segundo um motorista daquela cidade que caminhava junto das representações de Braga e Viseu.

Antes da marcha iniciada, uma pessoa que se encontrasse ao princípio da Rua da Palma sentia-se verdadeiramente perdida num mar de gente a perder de vista por todos os lados, segundo os representantes dos órgãos da Informação plantados sobre os tejadilhos dos seus carros que tomaram lugar à frente da multidão. Já então se gritavam palavras de ordem, tantas vezes repetidas ao longo da caminhada: "O povo está com o M.F.A.", "Unicidade sindical, na lei", "Abaixo os monopólios, abaixo os latifúndios", "Fascistas, escuta, o povo está em luta", "Pluralismo é divisão", "Central única". Foram também gritados o nome da Intersindical e as iniciais do Partido Comunista Português.

Ordem e organização

Não se registrou o mínimo incidente desagradável durante toda a manifestação, que decorreu com uma perfeita organização, sobretudo a partir da igreja dos Anjos quando o caudal humano retomou a Almirante Reis, depois de ter feito um desvio entre o cinema Roxy e aquele templo, seguindo, então, pelas Ruas Andrade e Palmira. Até aí, milhares de manifestantes que das artérias laterais confluíram para a Rua da Palma iam-se integrando um tanto desordenadamente, mesmo a frente do cordão inicial, que só, nessa altura, tomou definitivamente a dianteira.

Além de centenas e centenas dos vulgares disticos usados em manifestações deste genero, a defesa da unicidade sindical encontrava-se espelhada das mais diversas formas desde um chapéu de chuva preto onde se lia, a amarelo, "Queremos unicidade sindical", até a dois cartazes tapando, por inteiro, o casaco de um metalúrgico da Mague (Alverca), com os dizeres "Não pluralismo sindical" e "Unidade, unicidade sindical".

As palavras de ordem gritadas contagiaram em regra as pessoas que das janelas das casas circundantes formavam coro com os manifestantes. Só por uma vez se ouviram alguns assobios isolados, vindos do primeiro andar de um prédio da Avenida Almirante Reis, onde funciona o Externato Sebastião da Gama. As fugitivas vaías foram no entanto, imediatamente abafadas pelas palavras de ordem que a quase totalidade dos restantes circunstantes começaram a gritar em consonância com os manifestantes.

Na Praça de Londres

Alguns milhares de pessoas encon-

travam-se já na Praça de Londres antes da chegada da manifestação, que deu ali entrada poucos minutos depois das 21 horas. Alto falantes montados em diversas árvores do vasto recinto transmitiam, então, "Grandola, Vila Morena" e canções heróicas de Lopes Graça.

Chegadas à Alameda Afonso Henriques, os manifestantes iam-se repartindo, por três vias de acesso à Praça de Londres; as Avenidas Guerra Junqueiro, Manuel da Maia e Almirante Reis, processo que melhor permitiu o mais rápido enchimento daquela praça que, às 22 horas se encontrava repleta. Nessa altura, pedia-se, através da instalação sonora, calma aos presentes que tiveram, por momentos, de aguardar a chegada das filas mais recuadas.

Entretanto, a banda dos Ferroviários, entrada no recinto, tocou, de seguida, o Hino do M.F.A. e o "Avante, Camarada" e "Grandola, Vila Morena", tendo sido vivamente acompanhada pela multidão, que entoou em coro aquelas composições.

Registre-se uma nova palavra de ordem gritada já perto do termo da manifestação pelos trabalhadores que se agrupavam à volta de um grande estandarte da Sorefame onde se lia "Unicidade sindical, a força dos trabalhadores e "Se isto não é povo, o povo onde é que está?".

Diário de Notícias

EDIÇÃO SEMANAL BRASILEIRA

Parece não restarem dúvidas de que o povo estava ali.

Entretanto, no edifício do Ministério do Trabalho, o ministro Costa Martins recebia as delegações dos partidos e organizações (P.C.P., M.D.P.-C.D.E., M.E.S., M.D.M.P., M.J.T. e U.E.C.), que deram o seu apoio à manifestação, tendo sido apresentadas por Antero Martins e Alvaro Rana, da Intersindical.

É enquanto o capitão Costa Martins, informalmente, trocava impressões com os representantes das organizações políticas, na Praça de Londres, a multidão ia comprimindo-se, cada vez mais, para dar lugar a grande número de trabalhadores que, em filas compactas enchiam as artérias da Avenida Guerra Junqueiro até próximo da Praça do Chile. Em coro, os manifestantes continuavam a aclamar o M.F.A. e a Intersindical e a pedir a unicidade sindical.

Carlos Carvalho: "Só a proibição legal do pluralismo sindical defende os nossos interesses"

O primeiro orador foi Carlos Carvalho, do Sindicato dos Metalúrgicos, e dirigentes da Intersindical. Frequentemente interrompido pela multidão, Carlos Carvalho, depois de agradecer o apoio das organizações políticas presentes, referiu-se ao significado desta manifestação, afirmando:

"Estamos hoje aqui reunidos por um motivo muito concreto, muito urgente e muito importante. Estamos hoje aqui por causa de uma questão que ameaça todo o processo revolucionário iniciado em 25 de Abril pelo M.F.A. Estamos hoje aqui por um motivo que é do nosso próprio e vital interesse.

Pôs o Governo Provisório à disposição pública o Projeto de Lei Sindical para que os principais interessados sobre ele se pronunciassem. E nós somos os principais interessados, nós, os trabalhadores portugueses. E todos nós já nos pronunciamos de forma decisiva e firme sobre o que entendemos por liberdade sindical, princípio que desejamos consagrado na lei. Para nós, trabalhadores liberdade sindical é uma expressão que por natureza, se opõe ao pluralismo sindical. Para nós, trabalhadores, liberdade sindical significa a possibilidade de constituirmos os nossos próprios e autônomos organismos de classe que defendam os nossos interesses coletivos. Para nós, trabalhadores, liberdade sindical significa impossibilidade de divisão do movimento sindical porque nós, trabalhadores, não a queremos.

E a finalizar:

Confiantes nas Forças Armadas, lutamos pelo reforço da aliança entre os trabalhadores todos unidos e o M.F.A., e para cimentar cada vez mais esta união vamos: lutar pela nacionalização da banca e das companhias de seguros; lutar pela nacionalização das indústrias de base e de transportes; lutar pela libertação da terra das mãos opressoras dos latifundiários e sua entrega a quem a trabalha; lutar pela intervenção do Estado nos circuitos de distribuição; lutar pelo "controle" estatal das relações de comércio externo, impedindo a fuga de divisas e evitando que se esbanjem reservas necessárias em importações desnecessárias; lutar pela restrição à saída de lucros; lutar pela restrição à repatriação de capitais; lutar pela proibição de empreendimentos estrangeiros que só visem explorar a nossa mão-de-obra ou o domínio do mercado nacional; lutar por um saneamento efetivo a todos os níveis; lutar contra o desemprego; e lutar contra os sabotadores e exploradores.

Todas estas lutas só serão possíveis e vitoriosas se conjugarmos forças em torno duma plataforma que, alterando de fato as estruturas econômicas da sociedade portuguesa, subordinando o poder económico ao poder político e este à vontade dos trabalhadores, defende os nossos interesses."

Costa Martins: "Portugal terá de ser a expressão da vontade do seu povo"

Em seguida, falou o capitão Costa Martins. Ao assomar a janela do Ministério, a multidão dispôs um caloroso acolhimento aquele membro do Governo, ao mesmo tempo que aclamava com entusiasmo o M.F.A., entusiasmo que se manteve durante toda a intervenção do capitão Costa Martins, apesar de a chuva abundante que começou a cair.

No seu discurso, disse o ministro do Trabalho:

"Amigos, em primeiro lugar quero saudar a vossa presença e agradecer o vosso sincero apoio ao Ministério do Trabalho e ao Movimento das Forças Armadas.

A reconstrução nacional, a vitalidade da economia terá de ser obra de todos.

Portugal terá de ser a expressão da

vontade do seu povo, conscientemente demonstrada.

Salvaguardar a vontade do povo, garantir a vontade da maioria, quando livremente expressa, são princípios elementares da democracia. E foi para isso que se fez o 25 de Abril!

Podem contar conosco. Não regateamos horas, ou esforços, não regatearemos as canseiras e os sofrimentos.

O Portugal de hoje, para o bem-estar de amanhã, exige muito trabalho, sacrifícios, contrariedades, mas também muita ponderação, responsabilidade, firmeza e otimismo.

Sou filho do Povo e por isso não o receio e sei que sempre poderei contar com ele! É preciso avançar no processo de reconstrução nacional, e para tal o Plano de Emergência terá de ter em conta, em todos os domínios, as classes mais desfavorecidas. E avançaremos com realismo, e audácia, com confiança e trabalho.

Quanto à questão da lei sindical, já tive o ensejo de esclarecer o País relativamente a tal assunto. Na verdade, o problema já não é o da unicidade, nem sequer uma questão entre partidos, mas sim o de respeitar-se ou não a vontade da maioria.

A unidade de todos os setores, a unidade do povo com o Movimento das Forças Armadas é fundamental para a resolução dos problemas, quer eles sejam econômicos quer sociais ou políticos.

Não é com palavras que construiremos o nosso futuro e o dos nossos filhos, mas com trabalho, com a vontade de vencer todos os obstáculos, com rigor e realismo na atuação do dia-a-dia.

Para a realização de uma verdadeira justiça social, três vetores são essenciais: a unidade do povo dos campos e das cidades com o Movimento das Forças Armadas; o trabalho fecundo; uma política econômica, que reestruture o aparelho produtivo, com vista à satisfação das reais necessidades da população portuguesa.

Mais uma vez saúdo a vossa presença e agradeço a vossa verdadeira amizade, e pergunto: quem tem medo do povo?

Viva e democracia! Viva a Liberdade! Viva Portugal!

Terminadas as palavras do ministro Costa Martins, os manifestantes cantaram em coro, o hino nacional.

Antes da multidão dispersar, um representante da Intersindical referiu-se ainda ao significado desta grandiosa manifestação, salientando: "Que melhor resposta podemos dar aos nossos inimigos de classe?"

E foi com vivas ao M.F.A. e com o grito unânime "A vitória é o povo é soberano" que os milhares de trabalhadores, que enchiam por completo a Praça de Londres, e, numa extensa área, as artérias circunvizinhas, fecharam esta grandiosa jornada de reafirmação pela unidade e unicidade sindical.

Apoio da Universidade do Porto

Na opinião do reitor e vice-reitores da Universidade do Porto, Profs. Ruy Luís Gomes, Oscar Lopes e José Morgado, respectivamente "não se pode, a pretexto de defesa da liberdade, admitir a formação de organizações políticas fascistas nem a infiltração, no nosso País, de organizações internacionais do crime".

Consideram também que "a unidade da classe operária é essencial à construção da democracia portuguesa, portanto, em nosso entender, não há liberdade autêntica num país, se a classe operária desse país estiver dividida" e, por isso, tomam pública posição em defesa da unicidade sindical, apelando "vivamente para que todos os democratas e todos os universitários se unam em defesa deste alto objetivo da classe operária portuguesa".

Um milhão de trabalhadores

O ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, afirmou que apenas 40 mil trabalhadores se manifestaram contra a consagração legal do princípio da unicidade sindical, enquanto um milhão e cem mil se pronunciaram a favor de tal princípio na lei das associações sindicais.

"Uma vez expressa a vontade da maioria, essa vontade tem de ser cumprida" — afirmou o ministro, numa entrevista pouco antes da manifestação promovida pela Intersindical Nacional.

Segundo o capitão Costa Martins, a lei deverá ser aprovada em Conselho de Ministros, prevendo-se a sua revisão no prazo máximo de um ano.

Independência de Angola ainda este ano

Terminaram em completo acordo as negociações que se desenrolaram em Penina-Algarve entre o governo português e os três movimentos de libertação angolanos.

O texto do acordo, com sessenta artigos, estipula o tipo de governo transitório que dirigirá a futura nação africana até 11 de Novembro, quando será eleita a Assembleia Constituinte que escolherá o primeiro presidente da nova República.

O governo transitório será dirigido por um Colégio Presidencial do qual fará parte um representante de cada movimento.

As autoridades portuguesas nomearão os ministros de Economia, Obras Públicas, Habitação e Transportes. Os restantes nove ministérios foram atribuídos ao MPLA (Interior, Saúde e Agricultura), FNLA (Informação, Finanças e Justiça) e UNITA (Trabalho, Educação e Minas).

O espinhoso problema da integração das Forças Armadas foi resolvido de modo a permitir um certo controle das autoridades portuguesas até à independência total.

Assim, ao lado de 24.000 soldados portugueses, que abandonarão Angola em Fevereiro de 1976, igual número de soldados angolanos, fornecidos em partes iguais pelas três organizações guerrilheiras, constituirão um exército de transição.

A leitura do texto final foi feita pelo ministro de Estado Melo Antunes, chefe da delegação portuguesa, após o que Agostinho Neto, presidente do MPLA saudou o M.F.A., chamando-o de quarto movimento de libertação.

A cerimônia, a que assistiram o primeiro-ministro Vasco Gonçalves, o ministro de Estado Vítor Alves e o alto Comissário Rosa Coutinho foi encerrada pelo presidente Costa Gomes que disse ter sido esta conferência realizada com "uma geração de atraso, em relação ao curso da história" e conclamou o povo angolano a envidar todos os seus esforços na cicatrização das feridas desta longa guerra sem grandeza.

Satisfação em Angola pelos resultados da reunião do Algarve

LUANDA, (A.N.I) — O povo de Angola continua a exprimir a sua confiança e satisfação pela conferência cimeira que se realizou na Penina entre os movimentos de libertação e o Governo português.

Durante a conferência foram enviados numerosos telegramas dentre os quais destacamos o do Comitê do M.P.L.A. em Caconda, desejando aos presidentes Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi os melhores votos de êxito nas conversações que se estavam desenrolando na cimeira sobre a descolonização de Angola.

Também o subcomitê do M.P.L.A. no mundo, o Comitê do M.P.L.A. na Lunda e o subcomitê do mesmo movimento na Diamang enviaram telegramas à delegação do M.P.L.A. em Luanda, apoiando as conversações que os três movimentos estavam realizando naquele momento com o Governo português e regozijando-se com o êxito obtido na conferência de Mombaça com a criação duma frente comum entre os três movimentos de libertação.

Em telegramas enviados à emissora oficial, os funcionários da Junta Autónoma de Estradas de Angola e o diretório do pessoal dos Serviços de Portos, Caminhos de Ferro e Transportes saudaram os presidentes dos movimentos de libertação que se encontravam na cimeira com o Governo português.

Igualmente a subdelegação do M.P.L.A. de Vila Matilde enviou um telegrama

apoiando a delegação do M.P.L.A. e o dr. Agostinho Neto.

Igualmente a subdelegação do M.P.L.A. delegação do M.P.L.A. na Penina, os moradores dos bairros de Catumbela, Akala, Namono, Cambambi, Kaputo, Luongo, Bebe, Vila Nova, Fábrica Velha e Ngolo pediram que "o espírito revolucionário de Amílcar Cabral iluminasse as negociações sobre a independência de Angola".

Entretanto, a Imprensa e Rádio deram a máxima atenção à conferência da Penina. O noticiário e crônicas dos seus enviados especiais ocupavam, diariamente, algumas páginas, e, na Rádio, a emissora oficial propiciava aos seus ouvintes apontamentos de reportagem de hora a hora. Outras estações emissoras igualmente dedicavam bastante tempo às reportagens do histórico acontecimento, que manteve em grande expectativa o povo angolano, muito embora ele não escondesse a sua satisfação e confiança nos resultados das conversações.

Diário de Notícias

Novo conceito de medicina

Na Sociedade das Ciências Médicas realizou-se um colóquio sobre "Aspectos do Serviço Nacional de Saúde em Portugal", promovido por aquela Sociedade e ao qual assistiu numeroso e interessado auditório.

Foi primeiro orador o prof. J. Pinto Correia, cuja comunicação se intitulava "Condicionamento socio-político no Serviço Nacional de Saúde". O autor começou por afirmar que para se conseguir atingir o objetivo definido no Programa do M.F.A. — lançar as bases para a criação do Serviço Nacional de Saúde a que tenham acesso todos os cidadãos, é absolutamente necessário considerar e analisar as condições socio-políticas a que será preciso atender. O extraordinário subdesenvolvimento, de caráter secular, disse, exige a criação de cultura e consciência sanitária de toda a população, única maneira de vencer os numerosos obstáculos existentes. O culto da medicina individual, alimento do imperialismo médico, exige a criação de novo conceito de saúde, desmistificação do ato médico, considerado essencialmente social. Só assim, disse a finalizar, se mobilizarão forças para vencer a atrofia da saúde pública e da medicina comunitária e atingir o necessário desenvolvimento da medicina hospitalar e vencer os desequilíbrios regionais atualmente verificados.

CASA DO MATE

Mate quente e gelado a toda hora - Mate com leite, limão e maracujá - Chá mate e chimarrão em pacotes das melhores marcas

Av. São João, 602 - São Paulo

intimidade

DICIONÁRIO ENCICLOPÉDICO DE ORIENTAÇÃO SEXUAL

PLANO DA OBRA

INTIMIDADE compõe-se de: 45 fascículos que constituirão, em 3 volumes, o "Dicionário Enciclopédico de Orientação Sexual" e, em um volume, o suplemento "Educação Sexual Infantil", obtido através da encadernação de matérias a publicar nas 3.^a e 4.^a capas. As capas duras, incluindo guardas e frontispícios, serão oportunamente colocadas nas bancas.

FASCÍCULOS SEMANAIS
POR APENAS CR\$6,00

editora
abz

Portugal na presidência da ONU?

A popularidade do Governo de Lisboa aumentou de tal forma nas Nações Unidas, em consequência do processo de descolonização — informa a Reuter, em notícia de Nova Iorque — que se fala já na possibilidade de Portugal ser escolhido para a presidência da 30.^a Assembleia da O.N.U.

Efetivamente, a Organização das Nações Unidas e os Governos da grande maioria dos seus países membros têm manifestado, ao longo de todo o processo em curso, o seu aplauso e incondicional apoio à política prosseguida pelo Governo Provisório, pelo que nada exclui, hoje em dia, a possibilidade de o nosso país vir a ocupar um alto cargo no Palácio de Vidro de Nova Iorque.

Kurt Waldheim, secretário-geral da O.N.U., felicitou o Governo Português e os movimentos de libertação angolanos por causa do acordo concedendo a independência a Angola, em 11 de Novembro do corrente ano:

"Espero que esta transição pacífica terá um impacto positivo na solução das importantes questões da África Austral", disse o dr. Waldheim, numa comunicação.

Numa conferência de Imprensa, o secretário-geral declarou, anteriormente, que se registravam indícios encorajadores de progresso para a solução desses problemas.

Dr. Edison Rodrigues-Chaves

Advocacia cível e comercial
Inventários, partilhas e arrolamentos
- Desquites e anulação de casamento
- Naturalização - Protestos e cancelamento de protestos - Contratos, renovação de contratos e ações de despejo - Falências e concordatas.
Rua Líbero Badaró, 488 - 5.^o andar -
Fone: 37-0933 — São Paulo

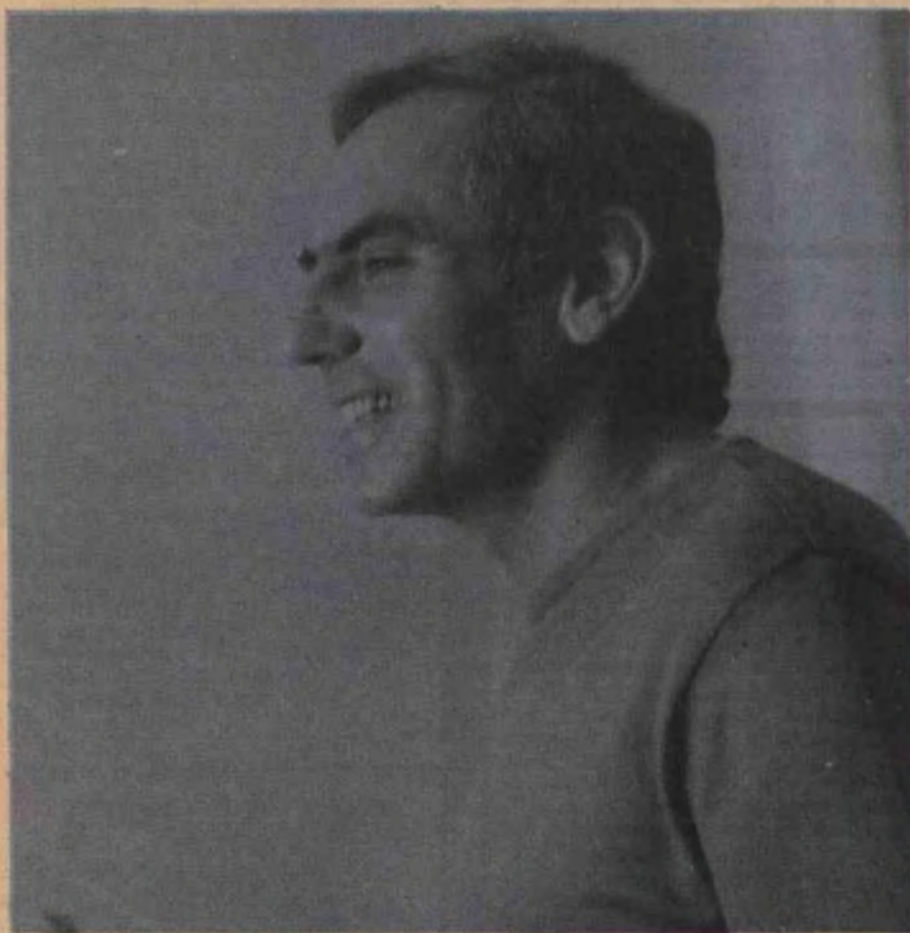
ouça diariamente

A EMISSORA NACIONAL DE LISBOA

nas ondas
13, 19, 25 e 31 metros
a partir das 12 até 21 h.
(horário do Brasil)
noticiário às 16, 19 e 20 h.



“Emigrantes portugueses vão ter maior apoio”



Jaime Conde, nosso entrevistado de hoje, foi nomeado recentemente para representante da Secretaria de Emigração no Brasil. Aqui no Rio de Janeiro, ele começa a desenvolver um trabalho sério e dinâmico, tentativa que visa promover o emigrante português, uma das grandes reservas morais da nação. Isto porque só agora, após o 25 de abril, são conhecidas as dificuldades e necessidades daqueles que saíram de suas terras por falta de oportunidades em seu próprio país.

P — Como surgiu a Secretaria de Emigração?

R — A Secretaria de Emigração não surgiu propriamente, visto que já existia com outra designação, enquadrada dentro de outro esquema orgânico. Antes existia um Secretariado Nacional da Emigração, órgão afeto à Presidência do Conselho. Após “25 de abril”, aquele órgão tomou a designação de Secretaria de Estado da Emigração, integrado no Ministério do Trabalho. Talvez tenha surgido sim, uma nova mentalidade da Secretaria, bem como o trabalho que irá desempenhar.

P — Dentro dessa nova mentalidade, quais as principais metas da Secretaria de Emigração?

R — As principais metas podem ser resumidas no seguinte: dar ao emigrante português, onde quer que ele se encontre, o mais amplo apoio no sentido de o promover, nos aspectos econômicos, cultural e social. Antes não existia uma política voltada para a promoção do homem, sendo antes um órgão fiscalizador da emigração. Mas o trato do emigrante como ser humano e a sua promoção, enfim o apoio que lhe deve ser dado para reduzir a falta da família, dos amigos e de seu meio ambiente, bem como o enfrentar uma nova realidade, tudo isso pedia uma intervenção maior por parte do novo Governo. Assim, o que a Secretaria

pretende basicamente é dar condições de promoção socio-econômica e social. Este é um trabalho difícil de realizar, particularmente no Brasil onde a colônia portuguesa tem características especiais. Talvez a característica que mais dificulte o trabalho no Brasil, diga respeito à antiguidade da colônia. Como você sabe, a emigração portuguesa para o Brasil inexistia praticamente. Isto quer dizer que a par dum trabalho de construção, nós teremos que fazer um trabalho de destruição. Essa destruição não será no sentido físico é claro, mas sim a eliminação da imagem que o emigrante português tem do Governo português. Hoje o Governo está interessado e preocupado sobre os seus destinos. Importa fazer um trabalho de atração ao emigrante, levá-lo a acreditar naquilo que pretendemos fazer, para depois trabalharmos com maior eficiência nos aspectos já citados.

P — Quantos emigrantes portugueses existem no Brasil? E nas principais cidades do país?

R — É meio difícil de responder na medida que as autoridades portuguesas não possuem dados concretos a respeito. Nem a Secretaria de Emigração, nem as representações consulares poderão responder com todo o rigor. Para uma resposta mais válida devemos recorrer

aos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. O censo de 1970 completou 410 mil portugueses, em números redondos. Desses, 180 mil na área do Grande Rio — Guanabara e Baixada Fluminense —, 200 mil no Estado de São Paulo e os restantes disseminados por todo o Brasil em núcleos menores.

P — E esses números correspondem à realidade?

R — Os elementos de comparação que a gente dispõe, que são os Consúladados, levam-nos a crer numa pequena redução nos dados do IBGE. No Consúladado existem 380 mil portugueses inscritos a partir de 1936. Decorridos 39 anos, esses números deverão ter sofrido certa redução, por força de retornos à pátria, naturalização e falecimentos. Não nos podemos esquecer também que nem todos os portugueses aqui residentes, estão inscritos no Consúladado. A inscrição só se tornou obrigatório a partir de 1956, segundo creio. De forma que pegando os 380 mil inscritos a partir de 1936, confrontando com os 180 mil do IBGE, parece haver uma distância relativamente grande. Mas levando em conta os portugueses que retornaram, os naturalizados e os falecidos, o número final será um pouco maior. Numa estimativa, poderíamos acrescentar mais uns 20% aos 410 mil do censo de 70, o que nos daria 500 mil portugueses aqui residentes e no máximo 600 mil. Mas nunca um milhão de portugueses, como muita gente afirma por aí.

P — A informação dos novos acontecimentos, junto ao emigrante português, faz-se de modo precário. Como se poderá modificar esta situação num curto espaço de tempo?

R — Os órgãos de informação, como rádio, imprensa e televisão, são importantíssimos nesse caso. Mas para nós, da Secretaria do Estado da Emigração, o veículo maior será ainda o nosso trabalho. Mais do que levar palavras, nós temos que levar uma atuação concreta ao emigrante. Portugal realiza uma revolução e dá verdadeira assistência ao emigrante, assistência que ele nunca teve, é sem dúvida a melhor maneira de o fazer acreditar no espírito dessa revolução. Adiantará muito pouco publicar nos jornais ou divulgar através do rádio ou TV, que Portugal realizou uma revolução com a qual pretende melhorar as condições de vida de seu povo, se ficarmos pura e simplesmente nas palavras.

A Secretaria de Estado da Emigração pretende implantar no Brasil delegações junto aos núcleos de emigrantes portugueses. É provável que as delegações maiores sejam no Rio, São Paulo e Santos, porque elas congregam um número maior de portugueses. Isto não quer dizer que os outros Estados não sejam abrangidos pela ação da Secretaria de Emigração. Apenas nesses pequenos núcleos as delegações talvez fiquem mais ligadas à área consular. Ainda estamos em fases de estudos mas, nos próximos dois ou três meses, esperamos poder instalar delegações no Rio, São Paulo e Santos. Para que tenha uma idéia da importância que a Secretaria dá ao emigrante, a grande maioria do pessoal dessas delegações será composto por técnicos de assistência social, para que possamos detectar os problemas dos emigrantes portugueses e traçar consequentemente programas de respectiva assistência.

Portanto e para finalizar, volto a reafirmar que esse trabalho será feito levando em consideração todos os emigrantes portugueses no Brasil. Mas não só. A Secretaria do Estado de Emigração fará paralelamente um outro trabalho, atendendo àqueles portugueses que se preparam para deixar a sua terra. Esse trabalho visa antecipar ao emigrante o tipo de hábitos, costumes e dificuldades que terá de enfrentar no país para onde pretende emigrar.

P — Soubemos que a Secretaria de Emigração tem um programa de ordem cultural, para efetivá-lo nas associações. Em que consiste esse programa?

R — Bom, esse programa será feito em cooperação com o setor cultural da Embaixada e diz respeito à divulgação de alguns clássicos do cinema português. São vinte filmes que, gratuitamente, pretendemos levar às associações portuguesas no Brasil. Este e outros trabalhos idênticos nos permitirão dar uma nova imagem de Portugal junto aos emigrantes portugueses, uma extensão natural de Portugal, em todos os cantos do mundo.

Agostinho Neto dirige mensagem ao povo português

Durante uma conferência de Imprensa, Paulo Jorge, membro da Comissão de Relações Exteriores do M.P.L.A., leu a seguinte mensagem de Agostinho Neto, dirigida ao povo português:

Não é sem certa emoção que voltamos a pisar território português, após uma longa ausência, imposta por condicionais políticos.

Vivemos, hoje, momentos particularmente históricos ao reencontrarmos-nos nesta cimeira luso-angolana, que abrirá, certamente, novas perspectivas nas relações justas entre os povos português e angolano, relações essas decorrentes do processo de democratização e de descolonização concomitante, encetado a partir do igualmente histórico 25 de Abril de 1974.

Encontramo-nos aqui animados do melhor espírito de compreensão e de confiança para podermos alcançar soluções que respondam aos interesses legítimos do povo angolano, os quais se não alheiam dos interesses também legítimos do povo português, na base de princípios universalmente reconhecidos.

Não podemos esquecer que os povos português e angolano foram vítimas de um mesmo sistema colonial — fascista, e que de formas necessariamente diferentes participaram num combate comum, o que justifica a existência de um futuro estreitamento dos laços de amizade, de fraternidade e de cooperação entre os dois povos.

Creemos, porém, que a desejada salvaguarda desses laços deverá passar, indubitavelmente e em primeira instância, por uma unidade de ação na concretização do processo de democratização e de real descolonização. Mas essa unidade de ação terá de ser encarada e consequentemente consolidada entre as forças democráticas e progressistas portuguesas e angolanas, pois elas são a garantia da defesa dos interesses das camadas mais exploradas dos nossos dois povos.

Assim, em nome do M.P.L.A., seja-nos permitido exprimir ao povo português e a todos aqueles que legítima e dignamente o representam, os nossos sentimentos de amizade, de fraternidade e de solidariedade, na certeza de que entre Angola e Portugal, entre os povos angolano e português, se consolidem os elos indispensáveis a uma cooperação futura em todos os domínios e em benefício dos dois povos.

A vitória é certa.



AGOSTINHO NETO

“P do

L deseja do ca pensa de ob de mi desen sim pu ção ec os pai pensá human tenent subdri fla e entrev presso de Sã outros “G atingh ser cu ponder do MF medi das a diatas, ao est milita rantir portug eu a d o desr tal fa econôn estran “A prosse do a d e a d pergur record e a su ram pe Palma sa” e t reconh mo Est Lusaca

do Bol

“Portugal não quer continuar colônia do capital estrangeiro”

LISBOA, (ANI) — “Portugal não deseja continuar a ser uma colônia do capital estrangeiro e este deve pensar em investir não porque a mão de obra é barata e porque o campo de manobra política é favorável ao desenvolvimento dos monopólios, mas sim porque uma verdadeira cooperação econômico-financeira entre todos os países do mundo é condição indispensável para os males que afligem a humanidade de hoje” — declarou o tenente-coronel Carmona e Silva, subdiretor do Serviço de Mecanografia e Estatística da Força Aérea em entrevista concedida ao jornal “Expresso” do Peru e à revista “Visão”, de São Paulo, cuja divulgação para outros países é um exclusivo da ANI.

“Quanto às metas essenciais a atingir — continuou — e que estão a ser cumpridas, talvez possamos responder recordando que o Programa do MFA foi dividido em duas grandes medidas: medidas imediatas e medidas a curto prazo. As medidas imediatas, aliás todas elas subordinadas ao estabelecimento de uma estrutura militar provisória mas capaz de garantir os alicerces da nova sociedade portuguesa. As medidas imediatas, ia eu a dizer, têm como pano de fundo o desmantelamento do aparelho estatal fascista e o controle do poder econômico nas suas relações com o estrangeiro.

“As medidas a curto prazo — prosseguiu — têm como pano de fundo a democratização das instituições e a descolonização. Quanto à sua pergunta se estão a ser cumpridas eu recordo-lhe a maneira como a MFA e a sua Comissão Coordenadora agiram por ocasião das chamadas crises Palma Carlos e da ‘maioria silenciosa’ e termino por lhe perguntar se o reconhecimento da Guiné-Bissau como Estado independente, o acordo de Lusaca, o 28 de Setembro, a retirada

de mandatos oficiais da Junta de Salvação Nacional, o discurso do Presidente da República na ONU, não são respostas mais do que suficientes.”

Referindo-se aos problemas econômicos, o tenente-coronel Carmona e Silva disse:

“É evidente que o problema econômico é prioritário. Mas não só para o MFA. É prioritário para todos os portugueses que desejam um Portugal Novo. Se há empresários que encaram com desconfiança e com medo a estratégia anti-monopolista, então eu direi que esses empresários ou são a favor dos monopólios e não servem ou são demasiado desconfiados e também não servem. Julgo, ou tenho a esperança, de que este estado de espírito desapareça à medida em que melhor se vai entendendo a razão profunda do 25 de Abril quer no plano nacional quer no plano internacional.”

O MFA foi uma atitude política e o seu Programa é eminentemente Político

Interrogado sobre o papel das Forças Armadas no processo de democratização após as eleições, o entrevistado afirmou:

“O MFA foi uma atitude política. O Programa é eminentemente político e em consequência as FA devem ser uma força política e se o não forem negam o Movimento, negam o seu Programa, e caminham para uma colaboração mais ou menos passiva com as forças anti-democráticas, e, portanto, atraçoam o povo. Uma atitude ativa e política das FA subordinada ao seu Programa é indispensável para vigiar, impedir e combater quaisquer ações contrárias aos objetivos do Programa do MFA e esta atitude deve manter-se mesmo depois de eleita a Assembleia Constituinte, eleito o Presidente da República e constituído

um Governo, embora então seja aconselhável uma nova estrutura política do MFA porque as forças anti-democráticas, quer até às eleições, quer depois, estarão sempre atentas e prontas para agir tanto por via constitucional como por via violenta. Qualquer dessas vias só não será perigosa quando realmente o binómio FA-Povo constituir uma força democrática autêntica e consciente. Isto pressupõe umas FA em constante processo revolucionário mas nega qualquer forma de ditadura militar que só facilitaria a curto ou médio prazo a vitória das forças anti-democráticas. A união do povo com as FA não pode ser um slogan ou um cartaz de comícios ou exercícios verbais porque é um grito de sobrevivência. Mas não basta gritar esta união. É sim necessário construí-la.”

Finalmente, respondendo a uma pergunta sobre as vantagens e inconvenientes de uma ampliação e reestruturação da Comissão Coordenadora, o tenente-coronel Carmona e Silva comentou:

“Se permite responderei com as mesmas palavras que tive ocasião de dirigir à própria Comissão Coordenadora, Força Aérea, e que, mais ou menos foram as seguintes: considerando que os oficiais que constituem a Comissão Coordenadora desempenham funções de alta responsabilidade na vida política e militar com inevitável prejuízo em missões específicas menos importantes ou relevantes, mas que competem também à mesma Comissão Coordenadora, considerando que não é possível explorar o conceito da Revolução dos “Homens sem Sono”, considerando que o alargamento da Comissão Coordenadora pode ser um vínculo de uma maior unidade e coesão entre as três FA, pois sou de uma opinião favorável à sua ampliação.”

A reação usa como arma a pornografia

Aqueles que tentam travar e impedir o caminho para a liberdade e a democracia recorrem a todos os processos que sirvam a sua ação, sem qualquer complacência ou hesitação.

As forças reacionárias não hesitam em recorrer à violência, às tórridas, aos campos de futebol, aos velhos mitos alimentados pela ditadura fascista, para demolir o caminho que agora se abre ao povo português.

A reação sabe que tudo aquilo que sirva para alienar, desviar o povo dos reais problemas é uma arma a não desperdiçar.

É por isso que, no momento presente, uma onda de pornografia invade o país. A quem interessa a corrupção de todos, mormente a dos jovens? Quem arrecada os lucros que o comércio de artigos pornográficos produz?

Os democratas não. Porque estes estão conscientes que uma das grandes armas para entravar o inevitável processo histórico é a decadência moral que desvia o povo, os trabalhadores, dos problemas reais e das soluções concretas para a solução desses problemas.

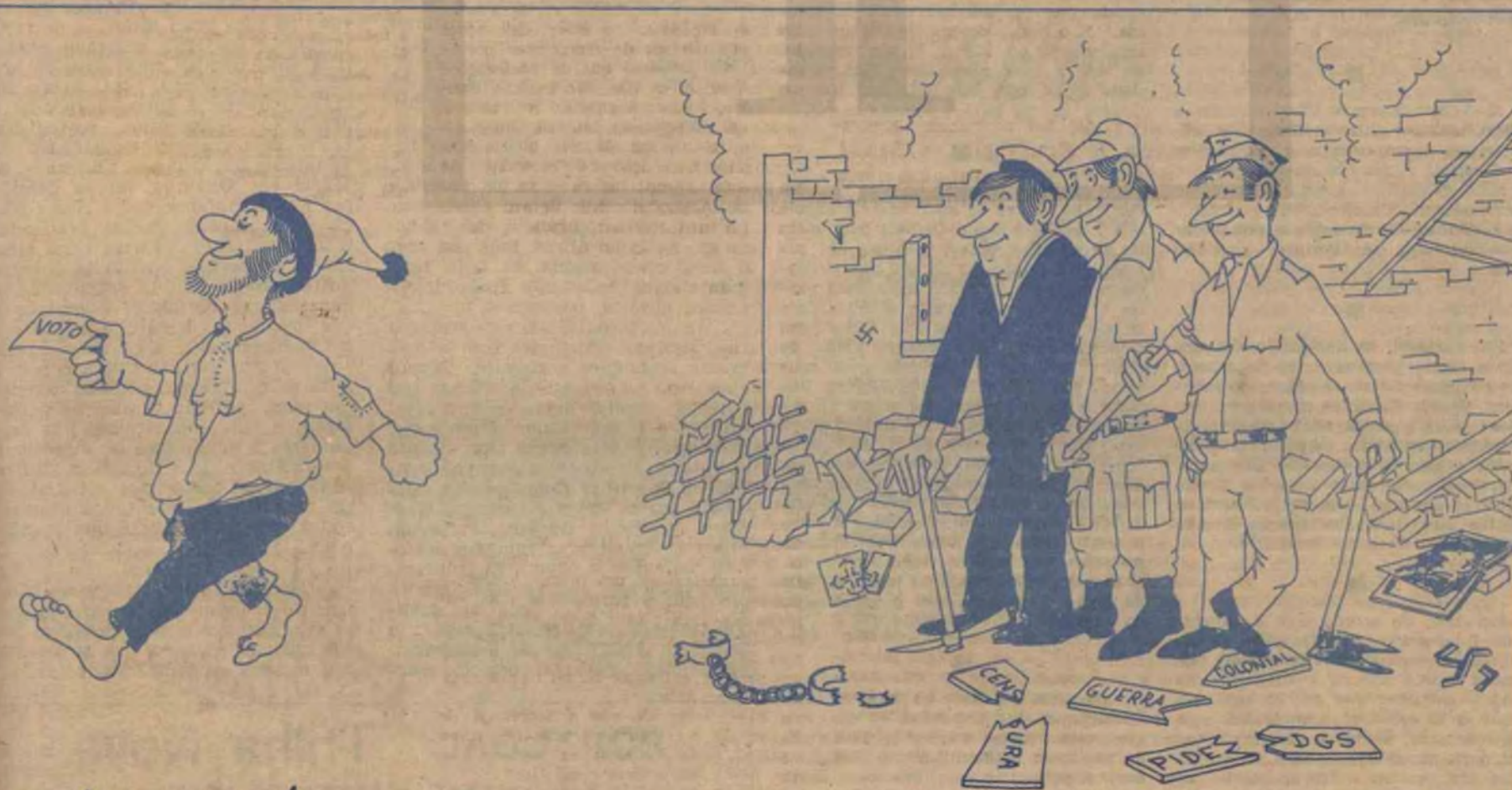
Não podemos ignorar que pouco antes da queda do regime legal e democrático de Salvador Allende, o Chile era invadido por todo o tipo de pornografia. Ali a reação venceu. Os lucros de tal comércio são para uma minoria, a que, gananciosamente, procura lucros de toda a forma, sem olhar a meios.

Procuramos alertar todos para o que neste campo se está a passar.

O cinema, as livrarias e papelerias, são os grandes veículos que estão a dar passagem a esta onda, que não serve nem a democracia nem a liberdade.

Com a vigilância de todos, a reação também por aqui não passará.

Eduardo Bento
“O Almonda” — Torres Novas



custou, mas foi!

VS

UMAS & OUTRAS do Rio EÇA VALE

O ator Raul Solnado voltou a Portugal, embora mantenha sua colaboração no programa "Fantástico". Solnado regressou para participar da remodelação da TV portuguesa, passando a atuar no "Risoflé-Risoflá", um programa humorístico descomprometido, que procura reeditar o sucesso de um outro realizado por Solnado, o "Zip-Zip". O conhecido humorista português regressou a Portugal pleno de vontade para colaborar, a seu modo, com a democratização do país. Na sua opinião, o povo português precisa de mais programas humorísticos, a fim de aliviar gradualmente a grande tensão vivida "naqueles" 48 anos.



Raul Solnado.

E o ator Antonio Vilar também é notícia, mas por outro motivo. Ele acaba de sofrer um enfarte e encontra-se no Hospital Santa Maria, sendo alvo de sério cuidados. Antonio Vilar foi o intérprete de "Camões", filme dirigido por Leitão de Barros e que tornou o ator conhecido tanto em Portugal como no Brasil.

Em Portugal, as multinacionais continuam dando grandes dores de cabeça. Elas recorrem a todo o gênero de sabotagens, usando de vários meios para torpedear o esforço da nacionalização da economia. Apelando para os despedimentos e para a diminuição das horas de trabalho, empresas como a Bosch, Applied e Sogantal, vêm prejudicando o trabalho para a democratização, levado a efeito pelo Governo Provisório.

Em 1971, de acordo com a Organização Internacional de Trabalho, o salário diário na indústria de têxteis nos Estados Unidos andava à volta dos 570 escudos, enquanto que em Portugal era apenas de 60 escudos. Aproveitando esse desnivelamento, muitas empresas de capital norte-americano fizeram de Portugal o seu paraíso. Agora, quando os profissionais reclamam dos baixos salários, as "big" empresas alegam que existe falta de cooperação. Mas não é nada disso. Existia sim uma infinidade de injustiças e agora é tempo de arrumar a casa, levando-se em consideração o lucro abusivo de determinadas multinacionais. Se nada se pode fazer em relação ao passado, pelo menos pode-se diminuir, atenuar ou até mesmo corrigir certas injustiças no futuro. É "apenas" isso o que deseja o povo português.

No dia 10 de Janeiro último ocorreu o 1.º centenário do Partido Socialista Português, fundado a 10 de janeiro de 1875 por proposta de Azedo Gneco. A história do socialismo português remonta a 1850, quando o general Sousa Brandão, que tinha assistido à revolução de 1848 e adotado as doutrinas socialistas de Fourier, fundou, em 28 de abril de 1850, o "Eco dos Operários". Lopes da Silva e o gráfico Vieira da Silva colaboraram na feitura do jornal. Em 1877 realizou-se em Lisboa o 1.º Congresso nacional dos socialistas e, nesse mesmo ano, Antero de Quental filia-se ao partido. Estes alguns dados para a história do socialismo luso.

No Rio, certo radialista andou escolhendo os melhores do ano, no meio lusobrasileiro. Nada temos a reclamar a respeito, até porque eleitor e votados são de uma coerência impressionante ou seja, merecem-se uns aos outros. A coisa foi feita naquela base "diz que eu sou bonito que eu falo que você é mais bonito ainda". Ora isso não tem nada a ver com um trabalho sério e digno que sempre desenvolvemos. Daí a nossa recusa em entrarmos numa crítica mais ampla, porque supérflua. Algo porém notamos e não podemos deixar de destacar. A recusa das autoridades portuguesas aqui creditadas, nomeadamente o Consul Geral, em comparecer a semelhante palhaçada. Destas atitudes, perfeitamente sintonizadas com o espírito do 25 de abril, é que nós esperamos, para que não existam confusões a respeito. Em Portugal foi feita uma revolução e, como é lógico, esperam-se resultantes nos mais diversos escalões. Pois os bailaricos, folclores e sardinhas assadas não podem nem devem continuar a dominar o panorama da colônia.

O prestígio do M.F.A., perfeitamente disseminado pelos quatro cantos de Portugal, vem de obter mais uma pequena mas significativa vitória. Em Timor, o programa "Rádio do Movimento das Forças Armadas", que é difundido por emissora local em língua portuguesa, passa a ser repetido em "tetum", dialeto comum aos 600 mil habitantes da colônia. É o que podemos chamar de mais uma vitória do M.F.A. e, por extensão, de todo o povo português. Um verdadeiro gesto que bem significa todo o sincero esforço para a descolonização.

A chamada "cimeira do Algarve", que reuniu os líderes de libertação de Angola e o Presidente Costa Gomes, para além de significativa obteve também um sucesso retumbante. O projeto para a descolonização foi aprovado pelas duas partes e ofereceu um quadro otimista para os que gostariam de ver uma África forte e independente. Não podemos deixar de realçar também o prestígio e a confiança que Agostinho Neto, Holden Roberto e Jonas Savimbi depositam na revolução do 25 de abril. E a melhor prova disso é que aceitaram de pronto que a "cimeira" se realizasse no Algarve, em pleno território português. Portugueses e angolanos, agora convivendo num verdadeiro clima de mútua amizade e compreensão trabalham juntos para obterem melhores dias para os respectivos povos. É assim que vai surgindo um novo país de língua portuguesa, em pleno coração da África.

É curioso o número de personalidades — portuguesas e brasileiras — que vêm escrevendo "cartas abertas" ao Presidente da República de Portugal. A intenção é dar "sugestões" como aconteceu agora com Carlos Lacerda, através do jornal "Estado de São Paulo". Bem, antes de 25 de abril "cala-te boca", quer dizer ninguém se levantava contra a ditadura salazarista. Agora porém, que Portugal vive num regime aberto, todos têm uma palavra a mais a dizer, quando não ostentam a solução no bolso do colete. Não deixa de ser sintomático. As vedetes sempre gostam de aparecer quando a luz dos refletores é mais intensa, não é isso senhor Carlos Lacerda?

Dois temas sobre a situação portuguesa

J. Alberto Braga

Dois acontecimentos, um de ordem política, outro no setor econômico, foram temas dominantes em Portugal na última semana. Pela primeira vez discutiu-se o futuro de Angola, com a presença dos três líderes guerrilheiros — Holden Roberto da FNLA, Agostinho Neto do MPLA e Jonas Savimbi da UNITA — os quais juntamente com o Presidente Costa Gomes, lançaram as bases para a futura independência daquele território africano.

No momento que desenvolve este artigo, ainda não são conhecidas as conclusões básicas da reunião. Mas, parcialmente, Lisboa dava a conhecer o novo programa econômico português, sujeito ainda à aprovação definitiva pelo Conselho de Estado. Quais as ilações possíveis entre os dois acontecimentos?

Em primeiro lugar a reunião dos quatro líderes, um europeu e três africanos, marcou definitivamente uma nova concepção política do Governo Português e uma virada na página da História, que não nos podemos abster de comentar. Pela primeira vez, voltamos a repetir, Portugal diz sim à independência, reunindo os principais interessados e ratificando uma linha de trabalho, já anteriormente sedimentada pelo trabalho dos ministros Mário Soares e Almeida Santos. Para nós, observadores à distância sim, mas profundamente interessados no futuro português, ficou patenteado um trabalho do qual esta reunião é apenas uma continuidade.

Enquanto que a opinião pública mundial voltava seus olhos para Portugal, acompanhando até às minúcias e filigranas o desenvolvimento da revolução, os ministros dos Negócios Estrangeiros e da Coordenação Interterritorial, respectivamente os srs. Mário Soares e Almeida Santos, saíram a campo em busca do tempo perdido. Era urgente levar uma palavra de boa vontade aos principais líderes africanos. Esses primeiros contatos foram essenciais para a descolonização. E assim hoje assistimos, sem favor, a uma das reuniões políticas mais importantes do nosso século. Esta reunião e as consequentes vão tornar sucesso o processo de descolonização de Angola. Depois, a África estará muito mais coesa, e em melhores condições de modificar as incômodas políticas racistas da Rodésia e da África do Sul. Vejam e analisem portanto a importância do "Movimento de 25 de Abril". Pois isso tudo é uma consequência de uma nova mentalidade imprimida pelo democrático governo português.

Alguns jornais, diários e semanários, fizeram manchetes com o programa econômico português. Alguns chegaram ao exagero de afirmar que Portugal escolhia agora entre o capitalismo e o comunismo. Parece que assistimos àquela opção tipo disputa de futebol, Vasco ou Flamengo? Benfica ou Sporting? Como se não existissem outros times em campo. Quer dizer, quando o Governo Português procura defender as riquezas nacionais, defender o povo e as empresas essencialmente portuguesas, contra os ataques maquiavélicos dos grandes capitais estrangeiros e contra a influência perniciosa das multinacionais, então Portugal estaria esco-

lhendo entre comunismo e capitalismo. Ora senhores, ingenuidade tem hora, se é que podemos chamar de ingenuidade os sistemáticos ataques de que é vítima a nova situação portuguesa.

Não queremos nem podemos defender em grau gênero e número tudo que acontece em Portugal. Deturpações existem em próprio território português, dirigidas pelos setores menos preparados para a democracia. Assim, a luta surda mas até certo ponto eficiente, movida pelos detentores das grandes fortunas, bem como a discussão supérflua movida por alguns setores da vida estudantil, vêm prejudicando o programa do Governo Provisório. Mas inculpar o Governo por estes acontecimentos, é não acompanhar de perto as origens do problema, ou querer atrapaíhar por viva má fé o caminho português para a democracia. O emperramento econômico movido por alguns grupos e algumas empresas, é por demais óbvio para que mereça aqui grandes comentários. Essa "gritaria histérica" observada e sentida inclusive à distância em alguns pseudo-líderes da colônia portuguesa no Brasil, tem como motivo básico a mudança política. Agora são proibidos os abusos do poder econômico, suprimem-se práticas fraudulentas que tanto floresceram nos últimos anos em Portugal e finalmente criam-se programas para uma distribuição mais equitativa dos rendimentos econômicos. Estes, alguns dos dados agora divulgados pelo novo plano econômico português. Agora vocês já compreendem o porquê das manchetes competitivas como "quem vai ganhar o campeonato nacional". Mas não é nada disso. Trata-se de defender os interesses nacionais, o que transcende e muito as lutas partidárias.

Alguns setores estudantis não compreenderam o secundário significado de suas lutas internas, de resto inferiores aos altos designios nacionais. Mas colocar uma lente de aumento no problema, para extrair daí crises maiores, é querer torpedear a revolução democrática portuguesa. Como bem disse o ex-ministro da Educação de Portugal, Vitorino de Magalhães Godinho, ao se demitir por não compreender — e com justiça — as incongruências praticadas pelos estudantes: "Várias vezes alertamos a oposição quanto aos efeitos do fascismo e da sua extraordinária duração em Portugal. A verdade é que 48 anos foi demais: a podridão e a mediocridade alastraram para além do que seria legítimo supor, a falta de consciência política, degenerou num aparente excesso de politização; e hoje encontramos nas profundezas a indiferença ou o receio, a desorientação, e, à superfície, grupos minoritários ativíssimos situando-se em plena utopia, não tendo compreendido a transformação que se operou".

Como se vê pelas próprias palavras do ex-ministro, os erros de hoje são produzidos pela herança terrível de um passado, que só nos legou miséria e mediocridade.

PORTUGAL Trilha Nova

VARELA LEAL e FERNANDO COSTA
Comandam nova fase de Programações Lusas na rádio brasileira
RADIO EMISSORA ABC-1.590 Khz
sábados — das 11 às 14 horas
"Ao bom Portugal... com carinho"
(Música - Romance - Poesia)
domingos — das 11,30 às 14 horas
"Portugal Trilha Nova"
(Desporto e Música)

O M.D.P./C.D.E. propõe Nobel da Paz para o M.F.A.



A mesa que presidiu à Conferência do M.D.P./C.D.E.

Esse momento político caracteriza-se, na ótica do M.D.P./C.D.E., por uma "grande tensão, que corresponde a uma nova fase do processo de consolidação e avanço da democracia no nosso país", em certa medida semelhante a outras fases anteriores, como a crise do 28 de Setembro, mas que apresenta, agora, a novidade de por em jogo a coligação governamental, ainda que os fatores desagregadores dessa coligação já se tivessem manifestado, anteriormente, por exemplo numa certa expectativa do P.S. e do P.P.D. face à questão do 28 de Setembro, em que acusaram o M.D.P. de exagero de fatos para este Partido indiscutíveis.

Ainda segundo foi referido durante a reunião, a atual tensão política tem como causa imediata a questão da unidade sindical, mas enquadra-se na "contradição entre as exigências do avanço do processo democrático e as forças que se lhe opõem, algumas delas na coligação governamental". Mais especificamente, entende o MDP/CDE que a questão se centra em torno das posições face à democratização económica e luta antimonopolista e face ao significado e alcance das eleições.

Acerca do ato eleitoral, o MDP não contesta a sua importância, tendo sido salientado que "nunca da nossa organização saiu qualquer resolução sobre o seu adiamento". Porém, elas são consideradas apenas importantes "como uma fase de avanço da democracia e não meta derradeira", dando relevo ao fato de o futuro texto constitucional dever partir de uma base de acordo das forças verdadeiramente democráticas não devendo nunca funcionar como um recuo das conquistas já alcançadas pelo Povo português.

Acentuou o MDP estar também, neste aspecto numa posição contrária ao PS e ao PPD, que, em seu entender, consideram as eleições como um ato a partir

do qual tudo poderá ser reformulado, em concordância com a orientação expressa pelo eleitorado.

"PENSAMOS QUE NÃO HÁ PARTIDOS INSUBSTITUÍVEIS"

Passado um período preambular para focar que "a coesão da coligação governamental era já precária", embora até agora não tivesse sido posta em jogo porque os problemas levantados, embora de gravidade, "não atingiam, fundamentalmente, as estruturas mais profundas da nossa sociedade, nomeadamente o poder económico", José Manuel Tengarrinha entrou na questão fulcral da sua intervenção — o princípio da unidade sindical — para acentuar:

"O problema da unidade é apenas mais um problema no quadro mais geral da necessidade de profundas reformas económicas e sociais enquadradas no plano económico e segundo o anunciado, enquadradas no plano de emergência para 1975".

Na análise de toda esta problemática, disse:

"Pensamos que não há partidos insubstituíveis na cena política de qualquer país ou que, pelo simples atrativo de um nome, sejam suficientes para ocupar um lugar que qualquer outra formação política poderá ocupar."

E na definição de um princípio: "O País só precisa de partidos que não se sobreponham à vontade do Povo e que contribuem, efetivamente, para uma união popular, ativa e ao serviço do avanço do processo democrático que responda aos problemas fundamentais do Povo português."

A DEFESA DO M.F.A.

E depois de referir que a atuação partidária "se deve subordinar aos inte-

resses mais gerais do Povo português", José Manuel Tengarrinha condenou "todas as tentativas de marginalização e de ataques que, camuflada ou declaradamente, nos últimos tempos têm sido dirigidos contra o Movimento das Forças Armadas", salientando:

"Não podemos estar de acordo em que a "partidarite" vá ao ponto de considerar que o Movimento, pelo fato de não estar encerrado em fronteiras partidárias, deva desaparecer por isso e que hajam razões de ordem constitucional ou de outra qualquer natureza que possam apontar à marginalização do M.F.A. Pensamos que o papel do M.F.A. tem sido fundamental e a legitimidade da sua ação na vida portuguesa — que tem desempenhado e deverá continuar a desempenhar — deriva, fundamentalmente do papel que lhe cabe, que lhe tem cabido e caberá, no processo revolucionário e na autoridade de índole moral que indiscutivelmente, o Povo Português lhe reconhece."

DENÚNCIA DOS PERIGOS DE UMA DITADURA DA ESQUERDA

O tema da unidade sindical e a sua relação com o M.F.A. foi, por fim, analisado em termos concretos. Depois de acentuar que os ataques contra a unidade sindical se aproveitam de algum obscurantismo vindo do fascismo para utilizar argumentos que são evidentemente falsos sobre a perda das liberdades e os perigos de uma ditadura da esquerda", acentuou:

"Ao lançar ataques dessa natureza sabendo-se que o M.F.A., através do seu Conselho dos Vinte e da sua assembléia máxima, bem como através das assembléias dos três ramos das Forças Armadas, se pronunciou, aberta e inequi-

vocamente, pela unidade sindical, é um ataque declarado ao M.F.A. que se faz nesta altura, de ser ele o principal promotor e defensor de uma ditadura de esquerda que acabaria por limitar as liberdades em Portugal".

Prosseguindo:

"Estes argumentos são muito graves, porque envolvem, por um lado o M.F.A., que foi o instaurador e principal defensor das liberdades no nosso país e, por outro lado, forças democráticas consequentes, cujo empenhamento na defesa da democracia e da liberdade no nosso país tem sido, de fato, inequívocas".

Depois de assinalar e caracterizar essas acusações como só possíveis num "estado de perturbação e desespero", considerou da maior gravidade que campanhas desse tipo se estendam, igualmente, ao estrangeiro.

Atacou, entretanto, o anunciado pedido nacional, que vai ser promovido na Holanda, a favor do P.S., com intervenção do ministro dos Negócios Estrangeiros, Mário Soares, na Televisão Holandesa. Defendendo que têm de ser revistas as posições dessas formações partidárias, disse que o M.D.P. já detectou reativação das forças reacionárias, designadamente nos meios menos politizados e, principalmente, no Nordeste.

O M.D.P./C.D.E. — divulgou-se — propôs o Movimento das Forças Armadas (M.F.A.) para o Prémio Nobel da Paz, principalmente, tendo em conta o seu papel na descolonização".

A ENTRADA DO M.D.P. NO GOVERNO

Finalmente, tendo sido perguntado se se considerava possível uma coligação governamental de que estivessem ausentes PS e PPD, os dirigentes do MDP/CDE responderam:

"O MDP não considera que tal ou tal Partido deve estar ausente ou presente de acordo com formulações prévias, ou seja a linha que segue, o nome que ostenta, o seu passado político, etc., considerando antes que as alianças, coligações e unidades se fazem na base de atuações concretas. Desde que atue no sentido definido pela aliança M.F.A./POVO, qualquer Partido deverá ter lugar na coligação.

Cabem ao PS e PPD responsabilidades em atitudes que não correspondem a esse sentido, pelo que a entrada do MDP no Governo traduziria, a nível governamental, a unidade — que é profunda e é do Povo.

Foi depois lido um depoimento solidário com a unidade sindical, apontando fases históricas da luta dos trabalhadores, as quais só terão hipóteses de se afirmar desde que convenientemente unidos, isto é, de posse da sua principal arma. Essa unidade deve ser consagrada por Lei, institucionalizando essa conquista", acentuou um dos dirigentes.

A reunião presidiu José Manuel Tengarrinha, da comissão central, que estava ladeado por Graciete Baptista, da comissão central e representante do setor sócio-profissional; António Galhor-Jas, antigo secretário de Estado da Saúde e membro da seção política da comissão central; Vítor Costa (de Coimbra) também da comissão central; Gilberto Lindim Ramos e Ezequiel Vicente, do mesmo órgão do MDP; e Orlando Carvalho (de Coimbra), antigo secretário de Estado da Reforma Educativa e, igualmente, componente do órgão central do MDP/CDE. "SÉCULO"

INSERVA — Turismo

Passagens aéreas e marítimas
Rua Barão de Itapetininga, 235
Loja 27 - Galeria Califórnia
EMBRATUR 163/SP - cat. "A"
Tels.: 36-1325-34-0029, 35-7323 - São Paulo



Rodoviário
"CARAVELLE"
Ltda.

"O jato na Rodovia"
Transportes rápido entre:
Rio - São Paulo - Niterói - Magé - Rio Bonito.
RIO SÃO PAULO NITERÓI
260-5075 92-1864 5294



■ O Koweit financiará a construção de uma rede de auto-estradas projetada há cinco anos mas nunca realizada, nem sequer iniciada, porque as despesas com a guerra colonial absorviam a maior parte das receitas orçamentárias do Estado. Esta oferta do koweit faz parte de um conjunto maior de créditos oferecidos a Portugal pelos países Árabes.

■ O jornal suíço "Tribuna de Lausana" informa que o governo português nas negociações que mantém com os Estados Unidos para a renovação do acordo sobre a utilização da base aérea de Lajes, faz uma exigência que considera inegociável: no caso de um novo conflito no Oriente Médio, a base não poderá ser usada para reabastecimento dos aviões americanos com destino a Israel.

■ A entrega de energia produzida pela barragem de Cabora-Bassa, em Moçambique, à República da África do Sul, será iniciada quatro meses antes do prazo originalmente previsto.

■ Contrariamente aos anos anteriores, na campanha que termina em maio próximo não se prevê a importação de batata de consumo, pois a produção nacional deve ser suficiente para o abastecimento público. Todos os anos - escreve o "Diário de Notícias" - apesar dos protestos dos agricultores, que viam apodrecer batata nos seus armazéns ou que não chegavam a colhê-la, Portugal não deixava de importar aquele produto hortícola. Por exemplo, em 1973, o nosso país importou 8.200 toneladas de batata, no valor de cerca de 21 mil contos, importação não só devido a possíveis carências da nossa produção, como também e - principalmente - para encher os bolsos de alguns poderosos do regime fascista.

■ Os escândalos no "negócio" das batatas só agora começam a vir a claro. Só em Valpaços, no ano passado, foram inutilizados 70 por cento da produção daquele concelho. Fato que veio beneficiar (em milhares de contos de "lucros") os responsáveis pelo gremio da lavoura local. Mas, o caso de Valpaços não é único, nem será, talvez, o mais grave.

■ Segundo números fornecidos pelo Ministério do Trabalho, o total de quantias oferecidas pelos trabalhadores sob a rubrica "Um Dia de Trabalho Para a Nação", ascendia em 31 de dezembro último, a 30 milhões de escudos.

■ Despachos ministeriais autorizaram a instalação de três novas fábricas de cimento em Portugal, com a capacidade conjunta de dois milhões e cem mil toneladas/ano.

■ Com um saldo positivo de cinco medalhas de prata e sete de bronze regressou a Portugal a representação lusa que se havia deslocado ao Torneio de Natação do Ano Novo, realizado na Iugoslávia. Além disso, os jovens portugueses conseguiram melhorar 3 recordes nacionais.

■ Seis milhões e duzentos mil é o número aproximado dos recenseados no continente e ilhas adjacentes, como eleitores para a Assembleia Constituinte. Recorde-se que no tempo do fascismo havia pouco mais de um milhão de recenseados.

■ Numa assembleia de vários milhares de empregados bancários do distrito de Lisboa, realizada nos primeiros dias de janeiro, delegados sindicais do Porto revelaram que em dada altura foram contactados por um diplomata da Embaixada dos Estados Unidos em Portugal, oferecendo, o apoio de uma Central Sindical suíça à sua luta, o que foi recusado. Estranho interesse do diplomata pelo sindicalismo!

■ O Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas manifestou-se por unanimidade a favor do princípio da unicidade sindical, revelou o capitão Vasco Lourenço em comunicação ao país, transmitida através da televisão. O capitão criticou ao mesmo tempo o clima emocional gerado à volta da questão e lamenta a forma como a imprensa estrangeira explora o assunto.

■ As exportações portuguesas para a Itália aumentaram este ano 28 por cento em relação ao ano passado. As conservas de peixe, o mármore, os bordados da madeira, a cortiça em bruto e trabalhada, a pasta de celulose para papel e o vinho, foram os principais produtos exportados. A Itália figura em 5.º lugar na lista dos nossos compradores de vinho do Porto.

■ Pela primeira vez o nosso país participou numa reunião organizada pelo Conselho da Europa. Trata-se de um encontro que decorreu em Lausana, sobre a utilização dos computadores na administração local.

■ Prevê-se, ainda, a existência de horários flexíveis que se traduzem, na existência de um ou dois períodos fixos, durante os quais os trabalhadores devem estar presentes, e de duas ou três margens no princípio no fim e, eventualmente no meio dia de trabalho. Assim os trabalhadores terão a possibilidade de dentro das margens móveis adaptar os seus interesses e disponibilidades aos momentos de entrada e saída.

■ O chefe do estado, general Costa Gomes, foi convidado a visitar oficialmente a França, o convite foi feito pelo presidente Giscard D'Estaing durante a recente visita a Paris do ministro das Relações Exteriores, Mário Soares.

■ Portugal foi indigitado para presidir a próxima Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas. Este fato deve-se ao enorme prestígio que o país vem alcançando naquela organização pela sua ação descolonizadora.

■ Estima-se em 4% o crescimento do produto interno bruto português em 1974.

■ No passado dia 23 chegaram a Lisboa os restos mortais do General Humberto Delgado. Após serem velados pela oficialidade da força aérea foram sepultados no cemitério dos Prazeres.

■ Os cadernos eleitorais começaram a ser examinados pelos partidos a partir da semana passada.

■ Portugal e a China estabelecerão em breve relações diplomáticas se bem que não haja de momento contactos diretos entre Lisboa e Pequim. Ao que parece, o estabelecimento de relações é facilitado pela confiança que a China manifesta relativamente ao processo de descolonização.

■ A Comissão Nacional de Trabalho preconiza uma semana de trabalho de 45 horas, divididas por cinco dias, a uniformizar em todo o país e um mínimo de 21 dias de férias anuais para todos os trabalhadores. Estas propostas, que já mereceram a concordância do Conselho de Ministros vão ser postas à discussão pública pelo prazo de um mês.

■ Enviados especiais de alguns governos estrangeiros que têm vindo tomar contacto com a realidade portuguesa e tentar analisá-la, interrogam, vêem, escutam e concluem, afinal como nós próprios devemos concluir também: que é preciso esperar pelas eleições, donde virá a resposta ao somatório de dúvidas que se oferecem. Até lá, porém, não basta a tentativa de conquistar posições, é preciso defini-las também, para que possa cada um escolher o seu próprio caminho e descortinar não apenas o caminho dos outros, mas principalmente o do país.

■ Ramiro Valadão, ex-presidente do Conselho de Administração da Rádio Televisão Portuguesa, demitido o após 25 de abril, começou a ser julgado pelos crimes de burla, falsificação de documentos e abuso de confiança praticados durante o exercício daquele cargo e passíveis de pena de oito a doze anos de prisão maior. Eleva-se a dois mil e quatrocentos contos o valor da burla imputada a Valadão. Só num ano foram pagos 149.000 escudos em almoços e jantares, malas compradas em Nova Iorque foram pagas duas vezes, etc., etc...

■ Os militares do Partido Socialista que abandonaram aquele partido para fundar a frente Socialista Popular, explicaram através do seu dirigente Manuel Serra, as razões que os levaram a tomar tão grave decisão, apresentando ao mesmo tempo a declaração de princípios do novo partido.

■ A ação dinamizadora do Movimento das Forças Armadas está a surtir bom efeito nos centros rurais de Trás-os-Montes. Os populares rodeiam os militares em abraços fraternos e convivem largo tempo trocando comentários sobre o Movimento das Forças Armadas no 25 de abril e a liberdade. Foram visitados vários locais entre eles Miranda do Douro, Vinhais, Outeiro, Vimioso e Mirandela.

■ O Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas reafirmou na sua última reunião que assegurará a realização e legitimidade das eleições e condenou as ações que de qualquer modo, ponham em dúvida ou em causa a efetivação do Ato Eleitoral.

■ No fim da semana passada, numa reunião de 900 oficiais da Armada, foi aprovada uma moção em que reiteram a sua confiança e apoio à Comissão Coordenadora, ao Conselho Superior do Movimento das Forças Armadas e às Comissões Coordenadoras das três forças, para que seja elaborada legislação revolucionária destinada a consolidar o avanço do processo democrático.

■ O novo embaixador norte-americano que desembarcou em Portugal para chefiar a representação diplomática do seu país, fala bem o português. Da mesma maneira o diplomata da União Soviética que esteve em Lisboa para inaugurar as relações normais entre as duas nações, falava corretamente o português. Há nisto qualquer coisa de novo que seria grosseiro ou ingênuo atribuir aos simples jogos do acaso. A verdade é que depois do 25 de abril começamos a ser respeitados como uma grande nação.

■ Como parte de um novo acordo com Portugal, os Estados Unidos esperam prestar a sua assistência para a modernização das forças armadas portuguesas. Em Portugal o povo comenta e duvida que queiram só dar assistência.

**TRIANGULO CORRETORES
DE SEGUROS LTDA**
seguros em geral



Incêndio — Automóveis — Vida em grupo — Acidentes pessoais
Rua Barão de Itapetininga, 255 (Galeria Califórnia) — 11.º andar —
Cj. 1107 — Fones: 32-4882 e 37-2774 — São Paulo

CAL
Boa
Espí
Cuf
Orle
Spor
Bele
Olh
Acac
I
nato
domi
teve
pate
der
bra,
prog
estuc
Spor
Vitor
ainda
versá
de
Porto
equip
sistir
te e,
cauda
que
reclia
desta
depol
no E
tória
gura
equip
vista,
sendo
droto
posiçã
aspir
la eq
xou
ocupa
a dur
Nos o
empa
mar
pinho
tal sc
mitlu
último
N
rio d
"A Bc

Gol do



CAMPEONATO NACIONAL DA 1.ª DIVISÃO

Resultados da 20.ª rodada:

Boavista	4	Leixões	0
Espinho	1	Farense	0
Cuf	1	Tomar	1
Oriental	2	Atlético	0
Sporting	1	Vit. Setúbal	0
Belenenses	2	Guimarães	1
Olhanense	1	Porto	2
Académico	0	Benfica	0

Em prosseguimento ao Campeonato Nacional jogou-se no passado domingo, dia 2, a 20.ª rodada que teve como atrativos especiais, o empate que o Benfica foi forçado a ceder perante o Académico, em Coimbra, o que aliás, vem confirmar a progressiva melhoria da equipe dos estudantes, e também permitiu ao Sporting, com o seu triunfo sobre o Vitória de Setúbal, se aproximar ainda mais dos seus tradicionais adversários, ficando assim a 1 ponto de diferença do Futebol Clube do Porto, e a 3 do líder. Em Olhão, a equipe da casa não conseguiu resistir à melhor categoria do visitante e, deste modo, continua assim na cauda da classificação. O Belenenses que no princípio do Campeonato parecia destinado a uma posição modesta, vem-se firmando dia a dia, e depois da sua sensacional vitória no Estádio das Antas, coube ao Vitória de Guimarães sentir a amargura da derrota, frente à valorosa equipe da Cruz de Cristo. E do Boavista, que dizer? Apenas que está sendo orientada por José Maria Pedrotto. E os resultados aí estão: 5.ª posição, honrosa demais para as suas aspirações, em contraste com aquela equipe que o mesmo técnico deixou a temporada passada e que ocupa agora um modesto 9.º lugar a duras penas: o Vitória de Setúbal. Nos outros jogos merecem destaque o empate conseguido pelo União de Tomar no Barreiro, e as vitórias do Espinho sobre o Farense, e do Oriental sobre o Atlético, o que lhe permitiu se afastar um pouco mais do último lugar.

No transcurso do 30.º aniversário do prestigioso jornal esportivo, "A Bola", do qual fazemos algumas

transcrições, aproveitamos esta oportunidade para lhe desejarmos longa vida em proveito do esporte em Portugal.

CLASSIFICAÇÃO APOS ESTA RODADA:

1.º Benfica	32	pontos
2.º Porto	30	"
3.º Sporting	29	"
4.º Guimarães	26	"
5.º Boavista	25	"
6.º Belenenses	21	"
7.º Farense	20	"
8.º Leixões	18	"
9.º Vit. Setúbal	17	"
10.º Cuf	17	"
11.º Atlético	16	"
12.º União de Tomar	16	"
13.º Oriental	14	"
14.º Académico	14	"
15.º Espinho	13	"
16.º Olhanense	11	"

NACIONAL DA 2.ª DIVISÃO

2.ª Divisão — Zona Norte

Famalicão	26	pts.
Beira Mar	26	"
Sporting de Braga	24	"
Penafiel	23	"
Sanjoanense	22	"
Riopele	22	"
A. D. Fafe	21	"
Paços de Ferreira	21	"
Varzim	20	"
Salgueiros	20	"
Desportivo de Chaves	20	"
Lusitânia de Lourosa	19	"
Régua	19	"
Oliveirense	19	"
Gil Vicente	18	"
Alba	17	"
União de Coimbra	17	"
Feirense	15	"
Vilanovense	15	"
Tirsense	14	"

2.ª Divisão — Zona Sul

Barreirense	30	pts.
Estoril	30	"
Portimonense	25	"
Marítimo	24	"
Sesimbra	23	"
Torriense	23	"
Montijo	23	"
Caldas S. C.	22	"
Estrela de Portalegre	22	"
Marinhense	19	"
União de Leiria	19	"
Peniche	18	"
Almada	18	"
Juventude	18	"
Lusitano	18	"
União Sport	17	"
Sintrense	15	"
Cova da Piedade	12	"
Torres Novas	12	"
Odivelas	12	"

NACIONAL DA 3.ª DIVISÃO CLASSIFICAÇÃO

Paços Brandão	31	pts.
Paredes	28	"



Na gravura vê-se um aspecto de um dos ataques perigosos da linha avançada do Porto no qual intervêm o atacante Gomes e o goleiro "azul" Melo.

União de Lamas	27	"	G. Alcobaça	20	"
Desp.º das Aves	25	"	Alverca	18	"
Freamunde	25	"	Sp. Pompal	17	"
Vianense	23	"	Castelo Branco	16	"
Rio Ave	23	"	Alcanenense	16	"
Sp. Lamego	21	"	S. L. Cartaxo	15	"
"Os Limianos"	20	"	"Os Nazarenos"	12	"
Leça F. C.	18	5	União Miranense	11	"
Desp.º Bragança	18	"	Tramagal	0	"
Esposende	17	"			
Desp.º Monção	16	"			
F. C. Vizela	15	"			
Cabeceirense	15	"			
Vila Real	15	"			
Ponte da Barca	12	"			
Bairro Latino	9	"			
Moncorvo	6	"			

Série B

Sp Covilhã	32	pts.
Naval 1.º de Maio	30	"
Acad.º Viseu	25	"
Rec.º de Águeda	24	"
"Os Marialvas"	22	"
Cucujães	21	"
A. D. Guarda	20	"
Lousanense	20	"
Oliveira do Bairro	20	"
L. Vildemoínhos	20	"
Valecambrense	19	"
Mangualde	19	"
Esperança	19	"
P. Castelo	18	"
Ala Arriba	18	"
Febres	17	"
Anadia	15	"
Gouveia	10	"
Ovarense	9	"
"Os Pinhalenses"	2	"

Série C

Sacavenense	26	pts.
Elétrico P. Sor.	26	"
"O Elvas"	24	"
Campomaiorense	24	"
Alhandra	24	"
U. Santarém	23	"
D. Portalegrense	23	"
Marrazes	22	"
Vilafranquense	21	"
U. Almeirim	20	"
Bombarralense	20	"

SYLVIO BAND

Engenharia Civil — Incorporações
Rua 7 de Abril n.º 105 - 9.º a. - cj. 9D
telefone 34-7372 - São Paulo

LIVRARIA ENCONTRO

Uma presença portuguesa em Brasília
Serviço de Reembolso Postal:
qualquer livro para qualquer parte
Galeria do Hotel Nacional, lojas 22/23
Brasília

MURILLO MELLO CÉLIA DE MELO E MOURA

ADVOGADOS

Causas cíveis, criminais e trabalhistas
Rua José Bonifácio, 209, 11.º, s/1100
Fone: 33-1846 — São Paulo

SEculo XXI

LIVROS

Especializada em livros portugueses
Atende pelo reembolso postal
Rua Santo Amaro, 466 - CEP 01315
Fone: 33-5700 - São Paulo

Agora aos
Domingos
Das 11.00 às
12.00 horas "Portugal
sem passaporte"
TV Tupi - Canal 6
Rio de Janeiro



Gol do Benfica. O primeiro, Diamantino cruzou e Nenê inaugura o marcador.

Portugal, doa a quem doer...

por Fernando Lemos

Contava Oswaldo de Andrade que quando as naus de Pedro Álvares Cabral despontaram nas costas do Brasil, um grupo de índios que saboreava uma praia, olhou o horizonte e um deles exclamou: — Pronto, estamos descobertos!

Acreditamos que o termo descoberta deve ter marcado a personalidade de muitos dos melhores brasileiros e, pelo que podemos hoje avaliar, muitos dos piores. Todos nós, neste país, vivemos à sombra desse dilema — a descoberta. Descobrir, não ser descoberto, ser descoberto. Assim se pinta muita conversa, partindo sempre do princípio que é indispensável a originalidade. Viver na mania de ter descoberto alguma coisa ou de exercer a auto promoção agressivamente para que alguém nos descubra. O índio da blague oswaldiana deveria estar consciente até de que a descoberta vinha modificar a sua paz, violentar as origens, mas definir um comportamento. A partir daí, cada um de nós teve de descobrir o seu jeito de arranjar-se e arranjar o jeito de descobrir. Chegar sempre na descoberta antes que outro. O direito de viver, impondo sempre a descoberta em tudo. E esta eterna ou divina força criadora já nos faz profetas. Somos chegados a um aperfeiçoamento no campo da descoberta, de tanto nos acharmos uma raça do futuro, ainda quando pouca conta vamos dando do nosso quase impossível presente. Somos os prometidos, porque o passado ensinou-nos que fomos descobertos.

Complexo infantil de quem é apanhado a roubar doces no armário, que já assumiu formas eruditas. Tornou-se independente dos próprios descobridores e descobriu que é a nossa marca registrada, essa grande força mística e telúrica numa raça que tudo já aprende como se tudo soubesse com o sabor da descoberta. Tudo se come com o espanto natural de quem inventou o que está comendo. A imaginação e o improvisado de que tanto nos ufamamos, nasceram na mesma praia original onde o índio oswal-

diano descobriu que estava sendo mesmo descoberto. Somos todos descobridores, filhos diretos de uma raça de descobridores que sempre chegaram no primeiro e intuitivo trânsito a mares apenas nunca dantes navegados. Nós inauguramos todas as coisas no instante de vê-las e situá-las, ainda quando elas nos chegam preparadas e precisamos somente mastigá-las antropofagicamente.

Para quem já está e é índio e para quem chega navegando, tudo é pura descoberta. Nascermos heróis, somos os minutos do universo onde a surpresa já nos encontra, como ponteiros, sentados e conscientemente espalhados.

Por vezes a nossa profecia é tão incontestável que no momento de confrontá-la com a mesquinha realidade, só nos sobra como expressão de desabafo a frase do eu-já-sabia. Somos computadores só para confirmações, sem pergunta nem resposta. Descobrimos que já sabemos e já somos. A praia do índio oswaldiano transformou-se obviamente na maior indústria de descobrimentos das américas. E já exportamos as experiências adquiridas com o know how de vários séculos de perspicácia. Descoberta em descoberta. Nós somos felizes descobrindo-nos uns aos outros na apuração da genialidade, sem a crítica que julgamos ter nascido apenas para exportação.

E eis que, virado o feitiço contra o feiticeiro, o índio acabou descobrindo o descobridor. Mais, descobriu a terra de onde veio a frota que trouxe o desassossêgo àquela praia de lazer divino. E de lá chegou notícias alarmantes. Algo aconteceu a esse povo que vivia adormecido como numa lenda ou por uma peste de meio século que o deixou quase inofensivo para com os nossos padrões. E logo alguns dos nossos mais astutos observadores e profetas, técnicos esclarecidos em bruxaria, se ocuparam na leitura horoscópica do futuro desse povo. O eu-já-sabia, a grande descoberta dos erros

cometidos nesse despertar, levou até um ex-cacique da ex-capital a botar prosa indígena em carta aberta ao presidente da República do outro lado do atlântico. Nela esclarece perigos os mais acadêmicos mas de grande impacto emocional para quem ainda vê em cartas abertas como que um coração nas mãos. Tudo em nosso nome, porque sabemos o que é ser apanhados em flagrante delito do paraíso. Como usufruimos da mesma língua, salvo uma ou outra diferença e equívocos prestigiados, mas de que temos a patente e os direitos autorais, logo deveremos ser primeiros na advertência.

Nós não somos frustrados. Isto é, descobrimos a própria frustração e isso é como quem sonha que está acordado e logo adormece. Podemos então exportar sabedoria e advertências já que a matéria prima é entre nós abundante e tão fácil quanto barata a mão-de-obra para a confecção dos padrões a estabelecer. E no que se refere a ter como objetivo o país irmão, nós podemos ainda exercer oficialmente a dupla personalidade. E uma personalidade descobre a outra. Quem sabe se a África, que ainda não podemos classificar senão por prima, não chegará ainda a receber de nós um sermão moldado nas experiências inegáveis?

O certo é que lendo os nossos jornais, trememos até de orgulho ao ver que as cabeças mais maduras deste nosso país já se sentem aptas a psicanalistas para abrir a bola obsoleta de cristal e descobrir-lhe em imagem a semente do mistério que nunca ninguém ousou tocar. E que o país nosso irmão, não poderá mais contar com futuro que não soube criar, pelo menos visto daqui.

Em cada editorial e nos maciços cadernos dominicais de nossa imprensa liberal, está um índio atento, acima de qualquer despeito ou abaixo de qualquer censura, decretando sabiamente o eu-já-sabia. Enquanto que do outro lado do Atlântico, os nossos pobres irmãos, um por um, ainda mal refeitos de uma alegria que explodiu após um pesadelo de meio século e para que não estavam, segundo nós, preparados, nada mais deverão arriscar do que ficar sentados nas margens de onde outrora saíam as impertinentes caravelas e exclamarem decepcionados: — Pronto, estamos descobertos...

Seis milhões e duzentos mil recenseados

São mais de seis milhões os portugueses recenseados que poderão votar na próxima eleição para a Assembleia Constituinte.

Eis o número de recenseados por distrito:

Aveiro — 360.002 recenseados; Beja — 139.927; Braga — (em 1 de jan.) — 312.592; Bragança — 109.524; Castelo Branco — 168.591; Coimbra — 297.075; Évora — 134.826; Faro — 226.499; Guarda — 137.812; Leiria — 267.624; Lisboa — 1.363.456; Portalegre — 108.451; Porto — 860.643; Santarém — 322.383; Setúbal (onde faltava ainda conhecer a contagem de verbetes entrados num posto de recenseamento — 402.835; Viana do Castelo (em 1 de jan.) — 130.003; Vila Real — 156.281; Viseu — 261.346; Angra do Heroísmo — 49.923; Horta — 25.633; Ponta Delgada — 84.524 e Funchal — 141.094.

Dinamização Cultural

A Comissão de Dinamização Cultural das Forças Armadas da Região Militar do Porto vai realizar uma experiência-piloto de cultura popular, utilizando o Palácio de Cristal. Para tal, conta com a colaboração das associações culturais da cidade e dos arredores.

A fim de ser auscultada a opinião das diversas coletividades interessadas em dar a sua colaboração, efetuou-se uma reunião na sede da delegação da Secretaria de Estado da Comunicação Social, entre representantes daquelas e os capitães Castro Carneiro e Silva Ramalho, os aspirantes Vilhena, Pereira e Carneiro Ribeiro, e o dr. Luis Vale, daquela delegação.

Os jardins do Palácio de Cristal serão utilizados para a montagem de pavilhões, em que haverá teatro, cinema, recitais de poesia, etc., iniciativas estas acompanhadas de explicações e comentários de especialistas. No pavilhão realizar-se-ão exposições de pintura, concertos musicais, exposições de livros e colóquios.

Para estas iniciativas foram também efetuados contatos com o Grupo Gulbenkian de Bailado, a Casa da Comédia e o Grupo de Canto Livre e Poesia.

Durante a reunião, foram trocadas impressões sobre diversas sugestões apresentadas e sobre a forma de cada coletividade dar a sua colaboração, habilitando-se a comissão dinamizadora com elementos que lhe permitam começar a elaboração do programa. No dia seguinte, na sede da Federação das Coletividades, efetuou-se uma reunião de diversos grupos.

leia, assine e divulgue

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

a verdade sobre a nova realidade portuguesa

edição nacional
à venda em todas as bancas

PORTUGAL DEMOCRÁTICO

12 A 18 DE FEV DE 1975

Publicação da Editora Portucalense Ltda.
Diretor
Edison Rodrigues Chaves
Conselho de Redação
Alexandre Antunes Pereira
Fernando Lemos
João Sarmiento Pimentel
Joaquim Quitério
Manuel Ferreira Moura
Raul Ciriaco da Cunha
Redação
Rua Líbero Badaró n.º 488 - 5.º - a/50
Caixa Postal 8248 - CEP 01000
Telefone: 37-0933
São Paulo - SP

Distribuição:
SM Distribuidora de publicações Ltda.
Av. Afonso de Taunay, 143 - Barra da Tijuca - Fones: 389-0639 - 399-2570 - End. Telegr.: "EMEEME" - Rio de Janeiro - GB. - Em São Paulo: Rua Casper Líbero, 52
Impressão
Jornal Paulista Ltda.
Rua Osbar Cindra Gorstinho, 46
São Paulo - SP
Além da edição brasileira do Diário de Notícias, Portugal Democrático publica ainda uma seleção de artigos dos seguintes jornais e revistas:
REPÚBLICA - DIÁRIO DE LISBOA - O SÉCULO - PRIMEIRO DE JANEIRO - NOTÍCIAS DA AMADORA - SEARA NOVA e outros.
Correspondentes
BRASIL
Rio de Janeiro - GB.
A. J. Brave
Pr. Floriano, 19, 1.º, a/13
Fone: 224-9765

Recife - PE
Angelo Ferreira da Silva
Rua do Hospício, 149 - 1.º
Londrina
Julio Duarte
Ed. Centro Comercial - Apt.º 141
Brasília - DF
Livraria Encontro S.A.
Galeria do Hotel Nacional
Lojas 28 e 29
VENEZUELA - Caracas
Junta Patriótica Portuguesa
Apartado 8387
URUGUAY - Montevideo
Junta Portuguesa Del Uruguay
Casilla de Correo 2138
PORTUGAL - Lisboa
Urbano Tavares Rodrigues
Rua Tomás Ribeiro, 48 - 2.º andar
INGLATERRA - Londres
Portuguese and Colonial Bulletin
10 Pentiman Road - London SW 8
HOLANDA - Amsterdam
Tulipa Vermelha
Postbus 12639 - Bijmermeer

CANADA - Toronto, Ont.
Portuguese Canadian Democratic Association
P.O. Box 5921 - Station (A)
CHECOSLOVÁQUIA - Praga 1
João Ribeiro
Postovní Urad-Jindriřská UL.
C. 14 Scharánka 646
FRANÇA - Paris
Grupo de Amigos do "Portugal Democrático"
2 Place François Villon
Escalier E - La Courveneuve Seine
Assinaturas
Para o Brasil
Anual Cr\$ 120,00
Semestral Cr\$ 70,00
Via aérea
Anual Cr\$ 170,00
Semestral Cr\$ 120,00
Para o Exterior - via aérea
Anual US\$ 28
Semestral US\$ 21